

CAPÍTULO 2

PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS E RELIGIOSAS COMO ELEMENTOS CONSTITUINTES DO LUGAR

A identidade é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca de sua plenitude. A identidade camponesa no Brasil foi sendo construída passo a passo juntamente com a história da formação do território brasileiro (MEDEIROS, 2006, p.42).



Comunidade Tenda do Moreno – Fazenda da Tenda: Senhora utilizando a roda de fiar. Fonte: Acervo do Arquivo Público de Uberlândia. Data: indefinida (meados do século XX).

O tema central desta parte do trabalho é a caracterização dos modos de vida e trabalho das populações tradicionais da comunidade Tenda do Moreno, que garantiram a construção de uma identidade com o lugar por meio de relações sociais e representações que advinham da condição social que as pessoas dispunham para ter acesso à terra, bem como das relações sociais de produção, da conquista dos meios de vida e, também, da religiosidade católica.

Os modos de vida e trabalho foram analisados a partir da religiosidade, vida social, saberes, crenças, relações sociais de produção, tecnologias de produção e manejo do ambiente, sendo que todos esses componentes culturais são intercomunicantes e interdependentes.

2.1 – Cultura e identidade no processo de estruturação do lugar.

A reprodução dos modos de vida e trabalho, por meio da incorporação de técnicas, ferramentas e utensílios; das relações sociais de produção; e da religiosidade das populações pioneiras, na ocupação das terras e formação das propriedades rurais no município de Uberlândia, deixou marcas da sua cultura nas paisagens rurais da comunidade Tenda do Moreno.

Nessa perspectiva, a cultura será considerada no plano da existência material e simbólica. Isto significa que, a partir dela, analisar-se-ão a inserção social das pessoas no lugar, bem como os significados da existência dos homens e dos membros de sua sociedade (CLAVAL, 2001).

Portanto, a cultura pode ser entendida também como “aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens” (CLAVALL, 2001, p.35) e, conseqüentemente, exerce poder sobre a estrutura espacial.

No que tange ao lugar pesquisado, pode-se dizer que a cultura reside naquilo que é apreendido, transmitido, transformado e reinventado pelas pessoas, ao longo do tempo, e vivida individualmente. Dessa maneira, não se manifesta da mesma maneira em todas as pessoas e também não desempenha o mesmo papel, ao longo da vida. Os conteúdos culturais agrupam um conjunto de valores, ritos, códigos e regras que permeiam os modos de vida e trabalho.

Na comunidade Tenda do Moreno, o espaço ocupado, nomeado e organizado, por meio da criação das primeiras fazendas, foi permeado por valores, simbolismos, crenças, costumes e hábitos, que foram-se particularizando e, no processo histórico de formação do lugar, foram sofrendo adaptações, reduções e mutações, mas que ainda fazem parte dos modos de vida e trabalho das populações locais.

Desse modo, entende-se que existe um processo de (re)construção de identidades no e com o lugar. Nesse processo as pessoas passaram a defender e a exaltar as suas conquistas econômicas e políticas, como campo da manifestação e expressão dos seus modos de vida e trabalho, estabelecendo posses sobre elas.

Como se trata de processos de construção de identidades, entende-se que se pode compreendê-los a partir de alguns questionamentos, ou seja, como, por quem e para que isso acontece. Segundo Castells (2006, p.23):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela

memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

A identidade cultural não é algo herdado e transmitido, ela envolve escolhas, que resultam na construção de uma gama variada de sentidos para cada indivíduo ou grupo social, em um determinado tempo e espaço. Dessa maneira, o processo de construção das identidades é temporal, espacial e mutável, “[...] trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla” (HAESBAERT, 1999, p.175).

Considerando-se as análises feitas no primeiro capítulo, pode-se perceber que, na comunidade Tenda do Moreno, as identidades e pertencimentos vêm sendo (re)construídas ao longo do tempo histórico, pois os modos de vida e trabalho presentes no lugar se inserem num contexto dinâmico de transformações que interferem nas práticas sócio-culturais, religiosas e econômicas. Contudo, essas mudanças não causaram a decadência do lugar, o qual se mantém vivo, reunindo relações sociais de produção e representações culturais e religiosas com temporalidades diferentes.

Desde o início da ocupação das primeiras propriedades rurais da comunidade Tenda do Moreno, as populações que viviam nestes locais incorporaram, aos seus modos de vida e trabalho, costumes relacionados ao acesso à terra, relações sociais de produção; técnicas e saberes de produção; e práticas sociais que se desdobraram em manifestações culturais e religiosas. Esses componentes da cultura rural foram assimilados de diferentes maneiras pelas pessoas.

No que tange às práticas religiosas, frente às dificuldades de acesso aos núcleos urbanos de povoamento, os primeiros moradores da comunidade criaram e organizaram estratégias para propiciar as condições sociais e efetivar a prática da sua religiosidade. Desse modo, as manifestações religiosas aconteciam nas residências das propriedades rurais de forma autônoma e independente, pois, a presença dos sacerdotes da Igreja Católica não era freqüente.

*"[...] Na capela tinha as missas, mas não tinha missa direito, porque o padre vinha, mas tinha que buscá ele. [...] Padre não tinha carro não, então quem tinha condução aqui naquele tempo, aqueles melhor de situação tinha uma camionetinha véia, aí buscava o padre, aí buscava ele rezava a missa e voltava uma vez por mês, desse jeito todo mês, mas cada um tinha seu santo de devoção em casa."*¹

As pessoas que realizavam suas práticas religiosas autonomamente estabeleciam relações sociais comunitárias e, por meio delas, foram criando identidades com essas manifestações, tendo como referência os lugares sagrados, os quais garantiam sua reprodução, mesmo sem os representantes da instituição católica.

Em outros tempos, os membros da comunidade, reunidos por necessidades produtivas e movidos por ideais religiosos, viram-se na condição de reproduzir suas práticas religiosas em outros locais, como aos "pés" dos cruzeiros e, mais tarde, nas capelas rurais. A diversidade das manifestações religiosas das populações gerava diferentes sociabilidades, conforme os rituais inscritos nessas práticas.

A religiosidade das pessoas do lugar não promovia somente os encontros e práticas religiosas, mas possibilitava e potencializava as relações sociais em diferentes esferas da vida, visto que reforçava valores morais e religiosos. Esses se

¹ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

manifestavam nas relações sociais de produção; nos compromissos de reciprocidade e ajuda mútua; nos costumes relacionados às conquistas dos meios de vida, ao trabalho, ao acesso a terra; bem como nos saberes implicados nos processos produtivos, conforme será visto neste capítulo.

As identidades, consideradas como uma construção que envolve adições a símbolos e rituais, estabelecem processos que criam significados baseados em conteúdos culturais e também conjuntos destes, inter-relacionados. Neste sentido, os indivíduos e coletividades partilham identidades múltiplas (CASTELLS, 2006).

Na comunidade Tenda do Moreno a identidade dos moradores com a religiosidade católica popular produziu a existência do lugar, apesar das transformações que vêm ocorrendo desde o início da ocupação das propriedades rurais, na primeira metade do século XIX, e (re)criando novas identidades, pois a religiosidade ainda é uma referência dos modos de vida e trabalho, no lugar.

Cada pessoa do lugar reúne suas identidades, que por sua vez referem-se a diferentes conteúdos, sejam eles materiais, imateriais ou simbólicos. A identidade de uma pessoa pode estar ligada a idéias, relações de amizade e parentesco, pessoas, valores, costumes, fatos históricos, religiosidade, ou objetos. Desse modo, podem-se definir diversos tipos de identidade, ou seja, culturais, religiosas, sociais, ou ainda, ligadas ao espaço.

As normas de conduta social ligadas à religiosidade católica, na comunidade Tenda do Moreno, constituem elementos aglutinadores do espaço vivido, sendo que essa identificação não se refere somente às manifestações religiosas, mas também à função desempenhada na construção do lugar, a partir da influência dos valores

morais que advêm da religiosidade católica, os quais se fazem notar nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas.

“[...] Se você vê a boa vontade que o povo tinha porque era todo mundo unido. [...] Os pai e as mãe ensinava os menino tudo desse jeito, era diferente demais.”²

Trata-se de um processo de identificação e semelhança com um ou mais elementos simbólicos, que se define em um determinado recorte temporal e espacial. Referindo-se ao duplo caráter, subjetivo e objetivo, ao mesmo tempo, das identidades individuais, sociais ou coletivas, e territoriais, Haesbaert (1999, p.174) mencionou que “[...] por mais que se reconstrua **simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui**, de alguma forma, um componente estruturador da identidade (grifo do autor).”

Desta forma, pode-se tratar de identidades sócio-espaciais, ligadas tanto ao poder simbólico³ de seus referenciais histórico-culturais e religiosos quanto ao recorte espacial, lugar real onde se desenvolve a vida em todas as dimensões em que são construídas as cumplicidades comunitárias.

No caso da comunidade Tenda do Moreno, a identidade das pessoas com os valores morais e religiosos, constituídos tanto a partir dos ensinamentos cristãos da Igreja Católica quanto pela religiosidade praticada autonomamente, representou a base da construção do lugar e vem-se transformando, ao longo do processo histórico.

² Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

³ Segundo Bourdieu (2005, p.7-9): o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. [...] O poder simbólico é um poder de construção da realidade [...].

No que se refere aos simbolismos, ou seja, a manifestação dos símbolos, pode-se perceber seu papel primordial na construção do lugar. Na comunidade Tenda do Moreno, os simbolismos do religioso estão presentes, tanto nas imagens da capela, dos cruzeiros, e das propriedades rurais, quanto nos modos de vida. Seus sentidos fundam-se, de maneira subjetiva, na memória das pessoas. A percepção destes varia de acordo com a leitura simbólica de cada membro da comunidade.

Para alguns autores, que compartilham da noção de símbolo fundamentada na semiologia, seu significado vai além da concepção de sinônimo de signo, representação ou substituição. Nas palavras de Haesbaert (1999, p.177):

Enquanto o signo **stricto sensu** é muito mais arbitrário e mais racional, no sentido de uma convenção abstrata e literal, o símbolo mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade, ele teria uma abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados. No símbolo haveria sempre um deslocamento de sentido, nunca de todo definido ou explicado (grifo do autor).

Tomando-se como exemplo a simbologia dos cruzeiros (Figuras 14/15), na visão de alguns moradores da comunidade Tenda do Moreno, observa-se que seus sentidos podem expressar proteção espiritual, divindade, lugar sagrado, morte, ou mesmo remeter ao episódio bíblico da crucificação de Jesus Cristo.

Neste sentido, a consolidação das identidades, ligadas a referenciais simbólicos, acontece quando estes são encarados com naturalidade pelas pessoas ou grupos sociais que os compartilham. “O símbolo reúne: ele faz esquecer as diferenças que existem entre os membros de um grupo ou de uma mesma cultura; ele realça aquilo que compartilham” (CLAVAL, 2001, p.157).



Figuras 14/15 – Comunidade Tenda do Moreno – Lado Esquedo: Cruzeiro localizado nas margens da rodovia municipal 030. Lado Direito: Cruzeiro localizado na Capela São José do Moreno. Autor: ANDRADE, R.B.de. Data: 03/2006.

Na comunidade Tenda do Moreno os simbolismos, representados pelos cruzeiros, estavam ligados à religiosidade das pessoas quando a comunidade ainda não possuía uma capela, sendo que motivavam os encontros religiosos, por meio da realização de orações e novenas, em frente aos cruzeiros.

“[...] Levantava cedo e dormia cedo, rezava terço nas cruz, nestas cruz tudo tinha terço qualquer época. [...] Naquele tempo qualquer coisa servia prás pessoa.”⁴

Além dos cruzeiros se configurarem como um lugar sagrado, onde era possível realizar as práticas religiosas, também serviam para aproximar os moradores locais e estabelecer formas de sociabilidade e de reciprocidade entre vizinhos. Sendo assim, as manifestações religiosas resultavam de relações sociais que se estendiam para as relações sociais de produção.

⁴ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Portanto, pode-se perceber que a identidade representa parte fundamental da experiência das pessoas com o lugar, sendo que sua construção acontece em consonância com o surgimento de formas de pertencimentos, e se desdobra nas práticas culturais, religiosas e sócio-econômicas. Estas servem como meios para se consolidarem os sentidos e significados atribuídos aos modos de vida e trabalho.

Na comunidade Tenda do Moreno, os modos de vida e trabalho e os enraizamentos baseiam-se na religiosidade católica das pessoas do lugar que, ao se juntarem em torno das representações da fé cristã e do santo padroeiro, São José, criam, estabelecem e nutrem valores morais e religiosos, os quais se manifestam nas relações sociais, nos processos produtivos e no cotidiano dos membros da comunidade.

2.2 – Religiosidade, terra, trabalho e relações sociais de produção: elementos da (re) produção do lugar.

2.2.1 – Relações comunitárias e autonomia das práticas religiosas.

O isolamento social e espacial das populações rurais, no início da formação da comunidade Tenda do Moreno, exigia certas autonomias nas práticas religiosas, pois os deslocamentos até os núcleos urbanos não eram realizados constantemente e, também, era difícil poder contar com a presença freqüente de sacerdotes da Igreja Católica.

Neste sentido, os moradores da comunidade Tenda do Moreno instituíram seus espaços sagrados, demarcados e delimitados pela edificação de cruzeiros e capelas rurais, nas fazendas, por meio da religiosidade católica popular.

O catolicismo brasileiro pode ser distinguido em duas modalidades integradas, uma tida como religião oficial e outra como religião popular, cujo centro da vida religiosa é orientado pelo culto aos santos. A pluralidade do catolicismo pode ser entendida por duas condições típicas, ou seja, a quantidade mínima de sacerdotes e a deficiência nos conhecimentos religiosos; as quais as populações foram obrigadas a enfrentar, desde o início da colonização portuguesa (QUEIROZ, 1973).

Sendo assim, o isolamento foi gerando uma autonomia na prática da religiosidade das populações rurais, criando diferentes tipos de rituais religiosos, como os terços e novenas em louvor aos santos de devoção, realizados nas fazendas.

As orações em frente aos cruzeiros e as rezas individuais das pessoas, nos oratórios residenciais, apresentavam-se como manifestações da religiosidade individual e particular. Nas capelas, concentravam-se as manifestações religiosas comunitárias, representadas pelas festas em louvor ao padroeiro da localidade.

Analisando-se as características da religiosidade católica popular, em outras localidades, pode-se compreender que a presença das capelas institui centralidades para as populações rurais domiciliadas no seu entorno e definem laços comunitários entre os moradores dos bairros rurais. Nas palavras de Queiroz (1973, p.81): “O bairro rural tem geralmente como centro uma capela. [...] As famílias trabalham

sozinhas em seus campos, mas se reúnem sempre nos momentos da festa religiosa.”

Antes da construção da capela São José do Moreno, por volta da década de 1940, muitas pessoas da comunidade Tenda do Moreno participavam dos encontros religiosos na comunidade vizinha, Olhos D'água, onde havia uma pequena edificação conhecida como *Capela do Espigão*, localizada próxima à atual capela dessa localidade, que se encontra na margem direita da rodovia federal BR-365 (sentido Uberlândia-Patrocínio).

Associando-se as informações obtidas em campo com a análise de referenciais teóricos a respeito da religiosidade católica popular, nas áreas rurais do Brasil, pode-se perceber que as práticas religiosas, nesses lugares, caracterizam-se, em muitos casos, pelo culto aos santos. Cabe ressaltar que essa prática de culto aos santos se inscreve tanto nas capelas quanto nas residências.

No que se refere às manifestações religiosas comunitárias, os excedentes produtivos, bem como os deveres religiosos para com o santo padroeiro, São José, instituíram a realização de uma festa em seu louvor, promovida desde a época da construção da capela da localidade.⁵

As manifestações da religiosidade católica, nas residências da comunidade, eram caracterizadas pela realização de terços e novenas em louvor aos santos de devoção de cada família⁶. Nessas ocasiões, eram realizados rituais específicos,

⁵ No quarto capítulo serão abordadas as relações sócio-culturais presentes na realização da festa de São José do Moreno.

⁶ Atualmente (2007) algumas famílias ainda reproduzem os festejos religiosos em louvor aos santos católicos de devoção, conforme será visto no último capítulo.

como o levantamento de mastros com bandeiras estampadas com a imagem de cada santidade.

Sendo assim, o período de intensificação das práticas religiosas autônomas era o mês de junho, período das homenagens a Santo Antônio, São João e São Pedro, nos dias 13, 24 e 29, respectivamente.

Dependendo dos compromissos religiosos de cada família, podia-se comemorar um ou mais santos. No período junino, o grande número de comemorações em louvor aos santos fazia com que as pessoas estabelecessem cronogramas para a realização dos terços e novenas, nas residências mais próximas.

“Na época de junho, tinha mais era demais mesmo, era o mês inteirinho, terço cê tinha era que marcá os dia, pra podê ir cada dia numa casa em cada região. Todo mundo rezava os terço, uns Santo Antônio, outros São João, São Pedro, outros rezava os três, e todo mundo ia. Ali era uma festinha boa, era quitanda, não existia bebida, não tinha nada, era só quitanda, café, leite se tivesse e chá, e dançava também.”⁷

As comemorações em louvor aos santos, realizadas nas residências, eram possibilitadas pela conquista do excedente e estabelecidas entre os membros da comunidade por meio do convite feito às pessoas ligadas às famílias, promotoras dos festejos, por laços de parentesco, amizade e vizinhança. Esse tipo de costume visava estabelecer ou fortalecer relações com grupos de pessoas capazes de manter a reciprocidade de favores presentes na ajuda mútua, como no caso das relações sociais de produção configuradas pelo mutirão e pela traição, conforme será visto no item 2.2.3 deste capítulo.

⁷ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Nas residências, as famílias também reproduziam rituais religiosos individuais nos oratórios⁸, onde eram colocadas imagens sagradas dos santos de devoção e também de Jesus Cristo. Em frente aos oratórios (Figuras 16/17), perante a imagem de seus santos de devoção, eram realizadas as orações ditas diárias, geralmente, dedicadas aos agradecimentos relacionados à vida das pessoas.



Figuras 16/17 – Comunidade Tenda do Moreno – Fazenda Marimondo – Lado esquerdo: Oratório disposto na parede do quarto da residência. Lado direito: Detalhe das imagens sacras expostas no oratório. Autor: ANDRADE, R.B.de. Data: 05/2006.

Esses rituais se definiam nas relações decorrentes do ciclo produtivo das fazendas e se intensificavam na medida em que eram representados por diversos tipos de pedidos em prol do bem-estar e saúde dos membros familiares ou, ainda, com relação à conquista na produção dos meios de vida.

⁸ Os oratórios são uma espécie de armário onde se colocam desde imagens sacras católicas até velas e outros objetos religiosos. Estes podem estar fixados nas paredes dos quartos ou dispostos nas salas das residências, durante a realização de novenas e preces coletivas, como espaços sagrados domésticos. Sobre o assunto consultar *Museu do Oratório*. Disponível em: <http://www.oratorio.com.br/port/colecao_txt.asp?id_categoria=1&id_subcategoria=0>. Acesso em: junho de 2006.

Os simbolismos e representações advindas da propriedade da terra e da religiosidade se caracterizavam, no lugar, por meio da sua influência no cotidiano das pessoas, ou seja, no estabelecimento de relações sociais. Estas, por sua vez, se desdobraram em costumes, bem como práticas culturais e religiosas, inscritos nos processos produtivos e, por extensão, no mundo vivido das pessoas.

No caso das relações sociais de produção baseadas na reciprocidade, como o mutirão e a traição, os encontros religiosos, além de servirem como oportunidade de fortalecer os laços comunitários, também renovavam estes tipos de acordos.

“[...] Os mutirão era dado, então era bão porque cê podia ajudar os outros que tava em dificuldade.”⁹

Geralmente, nos encontros comunitários, as pessoas também estabeleciam elos de ligações entre as práticas produtivas e a religiosidade, pois segundo os valores morais e religiosos das pessoas do lugar, dar uma “de mão”, socorrer um vizinho, ou emprestar mantimentos representavam formas de ajuda ao próximo.

Desse modo, a necessidade de se estabelecerem essas relações sociais era explicada e fundamentada pelas representações frente à religiosidade das pessoas, e se ligavam ao mundo vivido como fatos da prática social, por meio dos valores religiosos compartilhados entre os sujeitos envolvidos nessas relações.

O nível de influência das representações ligadas à religiosidade, no mundo vivido das pessoas, não se limitava ao estabelecimento de relações sociais de produção, visto que se faziam presentes nos costumes relacionados ao trabalho, à produção dos meios de vida, bem como à propriedade privada da terra.

⁹ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Além dos encontros religiosos nas capelas e residências, havia também a realização de orações e terços aos “pés” dos cruzeiros, que eram freqüentes, e reuniam as populações das propriedades rurais da comunidade. De acordo com as pessoas do lugar, elas rezavam, molhavam os “pés” dos cruzeiros e pediam aos santos para mandar chuvas, nas épocas em que a estiagem prolongada prejudicava o início das plantações.

A partir dessas manifestações compreendeu-se que as práticas religiosas ganhavam sentidos e significados diversos a partir do imaginário dos membros da comunidade Tenda do Moreno.

Pode-se perceber que a religiosidade católica estabelecia valores morais e religiosos relacionados às necessidades humanas, os quais outrora se manifestavam, também, na conduta das pessoas em diferentes esferas da vida, por meio dos ideais cristãos que pregavam a honestidade e a ajuda ao próximo, dentre outras ações voltadas ao convívio social.

Portanto, era importante poder contar com pessoas cujos valores morais e religiosos fossem compartilhados e legitimados, principalmente no que tange ao papel da religiosidade católica frente aos modos de vida e trabalho. A reciprocidade das relações estabelecidas entre parentes, compadres, amigos e vizinhos representava um elemento essencial, tanto no sentido de prestigiar as festas organizadas pelos demais moradores da comunidade quanto no que se refere ao auxílio mútuo em atividades laboriosas.

Para as famílias que estabeleciam relações sociais de produção baseadas na reciprocidade e na ajuda mútua, o trabalho representava uma característica fundante da conduta moral e religiosa. Sendo assim, as pessoas acreditavam que, sem a

dedicação ao trabalho de todos os membros familiares e a solidariedade comunitária, a conquista dos meios de vida não poderia ser alcançada individualmente, devido à sua condição técnica e socioeconômica que exigia uma demanda de força de trabalho que envolvia vários “braços” para a produção dos gêneros de subsistência alimentar.

Como pode ser analisado, a religiosidade das famílias de produtores rurais exercia influência em diferentes esferas dos seus modos de vida, ou seja, nas relações sociais de produção, nos saberes implicados nos processos produtivos e nos costumes relacionados ao acesso a terra e à conquista dos meios de vida.

Portanto, a religiosidade representava, naquele momento histórico, bem como atualmente (2007), um elemento motivador dos encontros que se manifestavam em regras de conduta, imposições, identidades e pertencimentos das pessoas com o grupo social e práticas sócio-culturais e, por conseguinte, com o lugar.

2.2.2 – Propriedade privada da terra: mecanismo de mediação de relações sociais entre as pessoas do lugar.

Por meio das pesquisas de campo realizadas na comunidade Tenda do Moreno e da análise de informações obtidas em livros, revistas e dados censitários, que abordam as características da posse da terra na região de estudo, observou-se

que, em termos de número de domicílios rurais, predominam as pequenas propriedades¹⁰, com área inferior a 80 hectares (ha).¹¹

Desse modo, foi importante considerar-se, também, as narrativas feitas pelas pessoas que, ao serem motivados a falar a respeito do tamanho dos imóveis rurais, mencionaram que a maioria destes se trata de pequenas propriedades, sendo que essa característica se faz presente desde o início do século XX.

No primeiro capítulo deste trabalho, que abordou a questão da formação das propriedades rurais na comunidade Tenda do Moreno, podem-se extrair algumas considerações quanto à dimensão territorial dos imóveis rurais.

O fluxo migratório, orientado pela aquisição de terras desmembradas das primeiras fazendas, a partir da segunda metade do século XIX, caracterizou-se pela imigração de numerosas famílias, que foi responsável pelo fracionamento das terras em pequenas propriedades.

Contudo, a permanência de alguns “troncos” familiares, na comunidade Tenda do Moreno, também resultou, ao longo desse período, no parcelamento das propriedades rurais por meio da divisão de terras entre descendentes das mesmas famílias. Essa condição de acesso à terra pode ser compreendida pelas narrativas das pessoas do lugar.

“[...] Toda vida foi pequena propriedade, daqui pra trás até 80 hectares [...] maior que isso era muito pouco, porque essas fazendas era tudo grande

¹⁰ A classificação das propriedades rurais de acordo com a área total baseou-se na Lei Federal nº 8.629 de 25/02/1993, que considera como pequenas propriedades aquelas com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais. Esse padrão de medida foi criado pelo Decreto nº 84.685, de 06/05/1980 que leva em conta, principalmente a condição de propriedade familiar, cuja área modular é suficiente para garantir ao produtor o sustento de sua família e gerar renda econômica. No município o módulo fiscal é de 20 hectares (ha).

¹¹ No terceiro capítulo, serão fornecidas mais informações a respeito da dimensão das propriedades rurais na comunidade Tenda do Moreno.

antigamente, depois foi repartindo com os filhos e hoje vem repartindo, quando vê já tudo pequenininho né.”¹²

Segundo as pessoas do lugar, o acesso à terra era realizado tanto por meio de compra e venda quanto pelo arrendamento de faixas de terras em outras propriedades rurais, na condição de parceiros. Essa última possibilidade podia ser vislumbrada pelos pequenos produtores familiares cujas fazendas lhes permitiam fixar residência, mas não lhes garantiam a conquista ampla dos meios de vida.

A condição de pequeno proprietário rural exigia, de algumas famílias, esforços no sentido de aumentar as áreas das propriedades, tanto para conseguir ampliar a produção, quanto para garantir o futuro dos descendentes, por meio da partilha de terras.

No entanto, não eram raros os casos em que herdeiros de terras, ao receberem suas partes na partilha dos imóveis rurais de seus ascendentes migravam para outras regiões ou localidades, deixando o núcleo familiar para trás. Aqueles que permaneciam no lugar empenhavam-se para ampliar suas propriedades rurais e perpetuar o costume de garantir o acesso à terra aos descendentes.

Os ascendentes familiares consideravam a condição de acesso à terra uma meta a ser cumprida, pois a terra era tida como o meio de produção de alimentos; geração de renda, inclusive excedentes; bem como mecanismo de poder, no que se refere ao estabelecimento de relações sociais de produção com pessoas não proprietárias, conforme será analisado neste capítulo.

¹² Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

“[...] A terra era o sustento, era a vida da gente, toda vida foi né. Se não tivesse né, o papai sempre falava: ‘tem que dá jeito pra deixá pros menino’. Os nossos pais, os meus avós, tudo falava isso, era pra podê comprá mais um pedaço de chão, porque naquela época era fácil de comprá né.”¹³

O acesso à terra era tida como requisito para se conseguir os meios de vida, os quais iam além do sustento representado pelos gêneros alimentícios e também atingiam a aquisição de ferramentas, a necessidade do lazer e das festas, e tinham uma representação sagrada, na medida em que eram definidos como pressuposto básico da vida para as famílias dos pequenos produtores da comunidade Tenda do Moreno.

A religiosidade das pessoas lhes impunha uma prática social em que o valor de uso da terra sobrepunha seu valor de troca, pois a sua posse significava a garantia da sobrevivência e do bem-estar das famílias rurais tradicionais.

“[...] Uai a terra significava aquilo que não tinha preço que pagava né, era pra gente produzir né, trabaiá, pra tirá o sustento.”¹⁴

“[...] Uai a terra naquela época pra mim era tudo, porque sem a terra como é que você come, não tem jeito. Cê tem que tirá da terra o que cê tem que comer, cê vai comer o que.”¹⁵

No entanto, o valor de troca da terra também era importante no mundo vivido das pessoas, visto que a propriedade privada da terra era uma condição de poucas famílias. Sendo assim, representava um instrumento de poder que tinha força de impor e mediar as relações sociais e de produção entre proprietários e não-proprietários.

¹³ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

¹⁴ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

¹⁵ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

A condição de acesso à terra gerava conflitos e tensões sociais entre as pessoas, mas, ao mesmo tempo, nutria suas identidades e pertencimentos com o lugar e se vislumbrava como uma realidade da prática social, no cotidiano dos membros da comunidade Tenda do Moreno.

“[...] então de forma que toda vida nós mexe com a terra, tem que mexê, nós não adquiriu muita coisa não. Adquiriu até muita coisa, aquilo que nós tem é muita amizade, então é isso que nós adquiriu mais.”¹⁶

Para quem possuía uma propriedade rural, a produção de alimentos e a moradia estavam potencialmente garantidas. Esse apelo à posse da terra era tido como conquista de uma condição social favorável e, também, como sinônimo de satisfação das necessidades vitais do ser humano. Neste sentido produzia, no imaginário das pessoas, um poder simbólico, visto que a conquista dos meios de vida dependia, em parte, das condições de acesso à terra para usos agrícolas.

Cabe ressaltar que os valores incorporados pelos grupos familiares, quanto à importância da terra para a garantia da alimentação e da sobrevivência, expressam a dimensão da relação do homem com a natureza, na reprodução da vida biológica e social. Desse modo, a propriedade privada da terra era tida como a condição para se obterem os meios de vida, mas também como instrumento motivador que estipulava regras no estabelecimento de relações sociais e de produção, entre as pessoas do lugar.

Referindo-se ao papel da alimentação na vida dos indivíduos e grupos sociais, Candido (1997, p.28) mencionou que: “Sendo condição da vida, ela é pressuposto de toda vida social, que já tem sido interpretada como decorrência direta da satisfação de necessidades, entre as quais ela se destaca”.

¹⁶ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

No caso das famílias de pequenos produtores da comunidade Tenda do Moreno, a satisfação das necessidades básicas, ou seja, os meios de vida, era obtida por meio de relações sociais entre os homens e destes com o meio.

A terra, ou seja, a propriedade privada, entrava nas relações sociais e de produção como sendo uma instituição poderosa, na qual, por meio de técnicas de plantio e colheita de gêneros alimentícios, bem como pelo trabalho familiar e pela ajuda mútua, as pessoas foram criando suas regras e acordos sociais, e também símbolos, signos e rituais. Estes promoveram a institucionalização de valores sociais que permitiram uma vida comunitária entre seus membros.

Pode-se perceber que a relação com a terra era estabelecida, mantida e reelaborada, tanto pela condição de possuir sua propriedade privada quanto pelas técnicas de plantar e colher e pela organização da vida social, nas fazendas.

Portanto, possuir um “pedaço de chão” exigia, dos proprietários, o trabalho com a terra, que era realizado com a ajuda dos membros familiares e por outras relações sociais de produção, como o mutirão, a parceria e outras formas de trabalho mediadas por acordos que visavam à produção de alimentos e ao direito à moradia.

Conforme será analisado no item 2.2.3, as relações sociais de produção estabelecidas na comunidade Tenda do Moreno aconteciam entre proprietários, parceiros¹⁷, agregados e peões¹⁸. O acesso à terra, por parte dos parceiros e

¹⁷ Em algumas ocasiões, os pequenos proprietários estabeleciam-se, na condição de parceiros em outras propriedades. A condição de parceiros exigia deles possuírem terras, visto que essa situação possibilitava estabelecer relações igualitárias com os demais donos de terras, devido ao fato de possuírem a propriedade privada da terra.

¹⁸ Os agregados e peões representavam uma espécie de trabalhadores rurais sem-terra, que obtinham o direito a moradia e/ou de lavrar terras dos proprietários rurais.

trabalhadores rurais, era restrito, pois quem era dono da terra podia propor diferentes tipos de acordos com os não-proprietários.

Os costumes ligados à propriedade privada envolviam a garantia da produção de subsistência e seus simbolismos. Sendo assim, a terra era tida como o meio de obtenção dos recursos alimentares e lugar da moradia; o meio para se gerar dividendos, por intermédio da geração de excedentes, os quais eram direcionados à compra de novas glebas de terras ou produtos adquiridos no comércio citadino; e também uma espécie de “capital de sociabilidade”.

O “capital de sociabilidade” pode ser entendido como um costume que gerava prestígio social para os pequenos proprietários, que cediam o direito de uso para moradia em suas terras às pessoas expropriadas dessas condições sociais, pois na comunidade Tenda do Moreno havia várias famílias que moravam nas fazendas onde trabalhavam. Os donos de terras que cediam esse direito relataram essa relação com entusiasmo e saudosismo, por poderem ajudar os agregados e peões, concedendo moradias em suas terras.

“[...] de um lado e de outro assim, na beira daquele corguim tudo, tinha casinha que os povo morava [...] casinha no chão, pau-a-pique, mas era tudo limpinho, arrumadinho e criava aquele famião [...] deu muita gente.”¹⁹

Cabe ressaltar que as permissões, entendidas como favores oferecidos pelos donos de terras àqueles expropriados da condição de possuir terras para moradia e/ou produção, não gerava apenas um “capital de sociabilidade”, mas também um “endividamento moral” entre o beneficente e o beneficiário da condição de acesso à terra, bem como ao lugar para se morar e, no entorno, conseguir trabalho.

¹⁹ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Na sua fala ele se refere às famílias que moravam de favor na propriedade de seu avô, próxima ao córrego do Moreno.

“[...] Naquele tempo tinha bastante gente (agregados e peões) morando nas fazendas. Ah!!!, de primeiro era mais fácil, parece que as pessoas valorizava isso mais, parece que não tinha essa coisa assim, de qualquer dia que o cara trabalhava já que levá na lei.”²⁰

Pode-se perceber o prestígio social dos proprietários de terras, frente às famílias que obtinham favores relacionados ao acesso à terra, como agregados, peões ou parceiros. Essas pessoas se endividavam moralmente a partir do momento em que conseguiam a oportunidade, dada pelos donos de terras, para utilizarem uma área para cultivar, fixar moradia, ou mesmo fazer outros usos pré-estabelecidos por acordos socialmente celebrados e legitimados pelos membros da comunidade.

No que tange à construção do lugar, as relações sociais estabelecidas entre donos de terras, agregados, peões e parceiros desdobravam-se em costumes e práticas sócio-culturais que criavam aproximações entre os membros da comunidade. Por outro lado, também geravam desentendimentos, mas que eram suavizados, resolvidos ou camuflados pelas representações da conduta moral e religiosa das pessoas.

O prestígio social dos donos de terras que permitiam a agregados, peões e parceiros residir em suas fazendas lhes fornecia uma boa imagem frente aos demais membros da comunidade, visto que esse costume era tido como uma ação de ajuda ao próximo, que era motivado por valores morais instituídos pela sua religiosidade.

Em alguns casos, esse “endividamento moral” do beneficiário para com o beneficente do empréstimo de terras se materializava na sua especialização como reserva de mão-de-obra voltada à execução de atividades laboriosas, geralmente, obtida sem custos monetários pelos proprietários de terras.

²⁰ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Portanto, verifica-se que o valor de uso da terra, os costumes ligados à condição de acesso à propriedade privada, bem como os simbolismos envolvidos na imagem da terra como mecanismo de poder dos donos, e mediadora das relações sociais e de produção entre os produtores e trabalhadores rurais, na geração dos meios de vida, representavam elementos edificantes do lugar.

Nesta mesma perspectiva, o prestígio social gerado pela sua posse, e também sua conotação sagrada, eram elementos estruturantes das relações sociais que criaram no lugar sentimentos e envolvimento comunitários que podiam ser percebidos nas relações de reciprocidade, principalmente na troca de favores entre os membros da comunidade Tenda do Moreno.

Dessa forma, a ligação das pessoas com a propriedade da terra e o poder simbólico desta no imaginário e no vivido das populações da comunidade Tenda do Moreno culminaram na construção de vários costumes. Estes foram se incorporando ao lugar a partir das relações sociais que permitiram diversas modalidades de exploração do trabalho, mas que continuaram ligando os proprietários e não-proprietários com a comunidade.

Cabe ressaltar que, a partir de costumes e práticas culturais inscritas no cotidiano, bem como da religiosidade dos moradores locais, foram surgindo delimitações de territórios na comunidade, conforme o caso dos bairros rurais analisados no primeiro capítulo.

2.2.3 – Cotidiano e trabalho: costumes, práticas culturais e relações sociais de produção.

Nas propriedades rurais da comunidade Tenda do Moreno, a predominância da produção de subsistência, em relação à geração de excedentes, e a utilização de técnicas de produção que demandavam trabalhos manuais privilegiavam o uso da mão-de-obra familiar em contraposição às formas de trabalho baseadas em relações sociais de produção, estabelecidas junto a agregados e peões.

O trabalho intra-familiar envolvia, direta e indiretamente, todos os membros, ou seja, crianças, jovens e adultos, sem distinção de sexo. No entanto, a distribuição do tipo de atividade a ser desenvolvida era peculiar.

“Nóis começava a trabalhar em pequeninho mesmo, pequeno mesmo todo mundo trabaia. Naquela época tudo era diferente de hoje.”²¹

A divisão do trabalho familiar, assim como em diferentes grupos sociais tidos como camponeses era dirigida pelo chefe de família, o pai, que regulava os tipos de atividades a serem desenvolvidas pelos filhos, conforme suas capacidades físicas e conhecimentos adquiridos.

Buscando uma referência que permitisse estabelecer analogias com as características do trabalho intra-familiar na comunidade Tenda do Moreno, encontrou-se, em uma pesquisa realizada por Ellen Woortmann & Klaas Woortmann (1997) sobre o campesinato no estado de Sergipe, uma análise sobre o papel do

²¹ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

chefe familiar na divisão das atividades produtivas entre os membros familiares, a qual subsidiou a análise e o entendimento desse tipo de divisão social do trabalho.

Ao classificarem o chefe de família camponesa como “pai-patrão”, E. Woortmann & K. Woortmann (1997, p.13) consideraram que:

Ele é o detentor de um saber que o autoriza a **governar** o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família. Esse saber é transmitido à “força de trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão-se constituindo também em “conhecedores plenos” (grifo dos autores).

No caso dos produtores rurais da comunidade Tenda do Moreno, a divisão do trabalho familiar era regida pela distinção de sexo e idade, bem como por meio de relações de transmissão de conhecimentos necessários à realização das atividades, visto que aos pais era incumbida a responsabilidade dos ensinamentos aos filhos, e no caso das mães, às filhas.

Neste sentido, aos meninos, rapazes e homens eram incumbidas as atividades ligadas à roça e o pasto, que exigiam maior esforço físico, ou seja, a preparação das áreas de plantio, o cultivo, a manutenção das plantações e o manejo dos animais e pastagens. Nesses tipos de serviços os meninos participavam com a realização de tarefas “leves” e simples.

“Plantava de plantadeira com animal, puxada com cavalo, aí nós que era menino era os puxadô, nós que puxava cavalo. Os menino tudo que puxava, não existia homem pra puxá.”²²

As meninas, moças e mulheres cuidavam das atividades ligadas à casa e ao quintal, como a preparação das refeições diárias, serviços de limpeza, produção artesanal de alimentos (queijos, doces, farinha, entre outros), e confecção e restauração de vestimentas, entre outras tarefas diárias.

²² Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

“[...] então desde menina nós tomó conta da casa, do serviço de casa, como diz, lavá roupa, fazê comida, se tinha que costurá uma roupa que estava estragada. Menina mesmo, minha mãe fazia comida, ela arrumava a comida na gamela, e nós punha na cabeça, eu e minha irmã mais nova que eu, e era longe aonde que o papai tocava as lavoura de arroz. A gente ia levá pros peão, quando tinha um cavalo lá, a gente muntava no cavalo e ia à cavalo, quando num tinha ia à pé mesmo.”²³

O trabalho familiar era regulado por normas e valores morais referenciados na religiosidade, principalmente na figura de São José, padroeiro da comunidade, considerado como guardião da família, cuja representatividade definia a estrutura social da família a partir dos preceitos católicos.

A cada um dos membros cabia uma função a desempenhar em benefício do grupo, e isso criava relações sociais que sustentavam a vida comunitária como elemento constituinte da organização das unidades de produção familiar no lugar.

As relações sociais de produção instituídas no interior dos núcleos familiares eram demandadas pelas necessidades, dificuldades e carências relacionadas à conquista dos meios de vida.

Sendo assim, a utilização do trabalho infantil representava uma importante forma de contribuição na divisão do trabalho nas propriedades rurais da comunidade Tenda do Moreno. Além disso, a dedicação das crianças ao trabalho servia como uma ferramenta na construção de costumes ligados aos significados do trabalho no modo de vida rural, ou seja, como pressuposto da formação cultural de pessoas honestas, dignas e de boa índole.

No contexto do trabalho familiar a religiosidade católica exercia influência na vida das pessoas na comunidade Tenda do Moreno, pois a família era tida como

²³ Pesquisa de campo realizada com D.C.P. (58 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. No seu depoimento a senhora conta algumas das atividades desenvolvidas pelas meninas na fazenda.

uma instituição sagrada, de tal modo que, na visão de alguns moradores locais, o padroeiro do lugar, São José, assumiu a função de protetor das famílias.²⁴

Na comunidade Tenda do Moreno as populações tradicionais mantinham inter-relações estreitas com a instituição da família, e contavam também com a solidariedade intra-comunitária. Além do trabalho familiar foram identificados outros tipos de relações sociais de produção, baseadas na ajuda mútua e na prestação de serviços entre as propriedades vizinhas. As principais formas de solidariedade intra-comunitária pesquisadas, ligadas às relações sociais de produção, foram o *mutirão* e a *traição*.

O mutirão era caracterizado pela prestação de serviços voluntários por um grupo de moradores vizinhos a algum membro da comunidade que necessitava realizar tarefas em sua propriedade, mas não podia pagar por isso. O produtor que carecia da ajuda convidava pessoas do seu convívio social para lhe auxiliarem no trabalho, as quais eram gratificadas pela oferta de alimentos e a promoção de uma festa para os membros das famílias participantes. Algumas pessoas descreveram o mutirão da seguinte maneira:

*“Quando fazia mutirão convidava todo mundo pra dá uma de mão, dado, você trabalhava por exemplo na sexta-feira, convidava todo mundo, da região inteira, aí ia todo mundo, trabalhava, mas não ganhava nada, mas só que aí no sábado tinha o baile e dava comida. [...] O mutirão quando dava um serviço grande, que tinha muita gente, ia até cem pessoas, era comida no tacho, aquele monte de muié cozinhando [...] fazia comida pra aquilo tudo.”*²⁵

²⁴ Conforme será visto no último capítulo, a identidade das pessoas com o santo padroeiro, atualmente (2007), representa um papel de destaque na manutenção dos costumes dos moradores locais.

²⁵ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Na fala do pesquisado ele descreve o funcionamento do mutirão.

Para algumas pessoas que participavam do mutirão, esse tipo de ajuda mútua era chamado também de traição; no entanto, há uma diferença entre os dois. Na traição o beneficiário dos serviços era surpreendido, pois ele não efetuava o convite.

Ao se analisar a ocorrência do tipo de ajuda mútua citado anteriormente, em outras localidades do Brasil, Candido (1997) observou que essa descrição se trata, certamente, do mutirão. Nas palavras do autor, o mutirão:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CANDIDO, 1997, p.68).

Na comunidade Tenda do Moreno, a traição era similar ao mutirão analisado por Candido (1997) no que se refere às dificuldades em pagar pela prestação de algum tipo de serviço executado por trabalhadores rurais, que exigia, dos produtores familiares, estabelecerem relações sociais de produção com agregados e peões.

Contudo, na traição, a diferença básica está no fato de os vizinhos resolverem, por si mesmos, ajudar um companheiro em “apuros”, e também pela reprodução de um ritual típico para manifestar suas intenções para com o necessitado. Geralmente, os vizinhos chegavam à propriedade na qual seriam realizadas as tarefas voluntárias à noite, tocando instrumentos musicais, fazendo cantorias e disparando fogos de artifício, sendo que noticiavam a ajuda e retornavam no outro dia.

“[...] cê convidava todo mundo, e falava vamo dá uma traição no vizinho ali, pêgo de surpresa. De noite cê ia lá e soltava foguete, arrumava sanfona, violão e chegava tocando e o povo gritando, soltando foguete e o cara levantava doido na carreira, pegava ele e jogava pra cima, fazia aquela bagunça e aí falava: ‘amanhã nós vai vim fazê seu serviço’. [...] via que ele tinha muito serviço e não tava dando conta e não tava tendo dinheiro pra

pagá, aí ia lá e dava de mão, juntava muita gente, aí acabava o serviço cedo e tinha o baile. Era cada baile que o pau quebrava [...] namorava, mas não podia namorá igual hoje não, pegava na mão só pra dançar.”²⁶

Essa rede de solidariedade surgida no interior da comunidade era mediada por relações de vizinhança, parentesco, amizade e compadrio, bem como pelos valores morais e religiosos das pessoas.

A instituição do compadrio estava ligada à religiosidade católica, principalmente no que tange aos festejos juninos, quando era costume se realizarem batismos²⁷. Neste sentido, manter esses tipos de vínculos sociais era importante para a reprodução dos modos de vida e práticas produtivas tradicionais.

A base das relações sociais solidárias era a reciprocidade, ou seja, as pessoas que promoviam a ajuda mútua se sentiam no direito de receber uma contrapartida à altura da sua prestatividade e auxílios anteriormente concedidos.

Essa reciprocidade era sustentada pela moral religiosa das pessoas, pois representava a ajuda ao próximo, considerado como um ente querido, sob a ótica da sua religiosidade. Por se tratar de uma obrigação socialmente instituída pelos membros da comunidade, as práticas de ajuda mútua também representavam formas de experiência sentimental e afetiva das pessoas, em relação ao grupo social e ao lugar.

Desse modo, a reciprocidade das práticas de ajuda mútua constituía uma espécie de norma de conduta social das pessoas no cotidiano, que se fazia representar no espaço vivido da comunidade Tenda do Moreno.

²⁶ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

²⁷ Os batizados, realizados durante as festas juninas, geralmente aconteciam ao redor de fogueiras no dia de comemorações em louvor a São João (24 de junho). Devido à especificidade desse ritual, este era denominado, popularmente, *batismo de fogueira*.

Esses valores faziam parte das imposições sociais, sendo que se particularizavam na personalidade dos indivíduos e eram reproduzidos pela adesão individual ao coletivo, instituído no lugar. Portanto, romper o ciclo solidário da ajuda mútua significava uma perda do prestígio social, da identidade comunitária e, também, a sujeição ao isolamento social que ameaçava a obtenção, afirmação e reprodução das formas de solidariedade, nas relações sociais de produção.

Na pesquisa realizada no município de Bofete/SP, em meados do século XX, na qual Candido (1997) descreveu e analisou a produção dos meios de vida e as manifestações da cultura caipira de alguns agrupamentos rurais, o autor considerou que as formas de solidariedade ligadas às relações sociais de produção, principalmente no que se refere ao mutirão, demonstraram que:

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional (CANDIDO, 1997, p.68).

Na comunidade Tenda do Moreno, as formas de solidariedade também criavam redes de relações sociais, compostas por compadres, parentes, amigos e vizinhos.

A partir das pesquisas de campo pôde-se compreender que as redes sociais que fortaleciam a instituição da ajuda mútua eram estruturadas por grupos de pessoas com ligações sociais mais estreitas, conforme aquelas citadas anteriormente, e geralmente circunscritos nos limites territoriais da vizinhança. Estas redes eram nutridas pelos valores morais e religiosos de fundamentação católica, que foram se reproduzindo no lugar e orientando as pessoas para a vida em comunidade.

A solidariedade comunitária permitia ao pequeno produtor driblar as dificuldades impostas pelas técnicas de produção, ou seja, sua demanda por força de trabalho manual, que não podia ser suprida somente pelas relações sociais de produção intra-familiares, principalmente no que concerne à preparação dos solos para o plantio de sementes e a colheita das safras.

Portanto, a conquista dos meios de vida por parte dos pequenos produtores era conseguida por meio de relações sociais de produção não-capitalistas, ou seja, por meio da incorporação da ajuda mútua, sem o dispêndio de investimentos monetários.

Dessa maneira, a reprodução dessas relações sociais de produção constituía fortes elementos do modo de vida rural tradicional, que contribuíram para a construção do lugar, na comunidade Tenda do Moreno.

Além da mão-de-obra familiar e das relações sociais de produção, mediadas pela solidariedade comunitária, existiam outras modalidades de divisão do trabalho que compunham o cenário das relações sociais de produção, como os trabalhadores rurais, divididos em peões e agregados; a prestação de serviço temporária, realizada por pequenos proprietários; e também a chamada *marca de serviço*.

Os peões e agregados representavam tipos específicos de trabalhadores rurais, na medida em que a remuneração da sua força de trabalho raramente se caracterizava por rendimentos monetários, conforme será visto neste capítulo.

Desse modo, excluídos da condição de possuir o título de posse de propriedade, os agregados e demais trabalhadores rurais eram incorporados às pequenas, médias e grandes fazendas, com a autorização dos proprietários, para

morar e/ou explorar faixas de terras daqueles, por meio de permutas de trabalho ou produção agrícola.

Sendo assim, nas pequenas propriedades rurais da comunidade Tenda do Moreno, eram raras as contratações de força de trabalho remuneradas monetariamente. Apesar de estas existirem, as relações sociais de produção eram estabelecidas, principalmente, entre donos de terras e agregados.

Nas pequenas propriedades, representativas na área de estudo, a ocorrência de agregados era comum, e variava de acordo com a área (tamanho) destas. Na opinião de alguns produtores rurais, a manutenção de relações com essas categorias de trabalhadores rurais era algo seguro.

“Você punha uma pessoa mora aí no seu terreno e ele não embirrava pra saí né. Se falasse ‘olha eu num quero que você mora aí mais’, ele saía e pronto, agora hoje em dia não né, cê põe um mora aí com um prazo de pouco tempo ele ti toma um pedaço de chão.”²⁸

Os agregados trabalhavam e moravam nas pequenas, médias e grandes fazendas, mas tinham o direito de prestar serviços em qualquer outra propriedade, e ainda obtinham a autorização para cultivarem faixas de terras nos locais onde residiam. Nas palavras de Brandão (1981, p.7), o agregado era “um trabalhador rural não-proprietário e ainda residente, com sua família, em terras de fazendas.”

A condição dos agregados apresentava vantagens obtidas por esse tipo de trabalhador rural no que concerne ao direito de uso da terra para produção dos meios de vida.

“Eu por exemplo nasci e criei até casar morando assim de agregado, tinha lá os direito de trabalhar e passava a porcentagem pro patrão, mas era um tipo assim de patrão que a gente morava lá e ficava lá, aí arava a terra, a

²⁸ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

gente plantava as coisa tudo e depois que colhia as coisa tudo, que guardava, aí a gente ia pegá [...] meus irmãos ia pegá empreito, fazia cerca, batia os pasto, ia cuidá das vaca.”²⁹

No entanto, essa possível vantagem escondia formas de exploração da força de trabalho por parte dos donos de terras, pois a permissão a moradia estava sujeita ao dever dos agregados de prestarem serviços nas propriedades rurais onde residiam. Na maioria dos casos, a forma de pagamento do trabalho era representada pelo direito de utilizarem áreas pré-estabelecidas, nas fazendas, para produzir seus meios de vida.

Na visão de algumas pessoas que foram agregadas em fazendas da comunidade Tenda do Moreno, esse tipo de relação social de produção estabelecida com os donos de terras era vantajosa, pois propiciava a oportunidade de produzir os meios de vida.

Além disso, os agregados podiam conseguir rendimentos monetários em outras propriedades rurais quando suas cotas de trabalho, instituídas pelos fazendeiros com os quais mantinham vínculos sociais de dependência e subordinação, fossem alcançadas. No relato anteriormente citado, percebe-se que a denominação dessa prestação de serviço fora do local de moradia ficou sendo conhecida como sendo *empreito*.

Desse modo, pode-se perceber a lógica gerada pelas relações sociais de produção, ou seja, a sujeição dos agregados também à condição de vendedor de sua força de trabalho. Isso se fazia necessário para que estas pessoas se estabelecessem e criassem as possibilidades de aproximações e contatos pessoais no lugar, bem como conseguir conquistar os seus meios de vida.

²⁹ Pesquisa de campo realizada com M.A.M. – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Apesar de os agregados estarem submetidos à lógica da exploração do trabalho, por parte dos donos de terras, essa condição lhes permitia estabelecer outros tipos de relações sociais com o restante dos membros da comunidade e, assim, realizar práticas culturais e religiosas que permitissem inseri-los no contexto do mundo vivido da comunidade Tenda do Moreno.

Contudo, os agregados beneficiados com o acesso à terra contraíam dívidas morais com os proprietários beneficiadores, ou seja, estava implícita a necessidade da retribuição das concessões de moradia e cultivo das terras das fazendas. Cabe ressaltar que esses acordos tácitos podiam ser rompidos de ambos os lados, resultando em alguns casos em indiferenças e/ou desavenças.

Na comunidade Tenda do Moreno, os peões, na maioria das vezes, obtinham apenas o direito à moradia, e tinham uma mobilidade espacial maior entre os estabelecimentos rurais, se comparados aos parceiros, os quais mantinham relações sociais de produção equiparadas junto aos demais proprietários de terras devido ao fato de serem pequenos produtores donos de terras. Apesar das diferenças espaciais e temporais esse tipo de relação foi denominado por Candido (1997) como parceria.

A parceria é um pacto no qual ocorre o empréstimo de porções de terras do dono ao parceiro, onde o primeiro tem direito a parte da produção gerada pelo último (CANDIDO, 1997).

Outra ocorrência de relação social de produção relatada por alguns produtores rurais foi a chamada *marca de serviço*, a qual consistia na contratação de trabalhadores rurais, pelos pequenos proprietários, para realizarem serviços

emergenciais de plantio ou colheita, cuja força de trabalho era paga por meio de alimentos e, geralmente, referenciada por litros de “banha” (gordura) de porco.

Nesse caso, os produtos agropecuários mediavam algumas relações sociais de produção, sendo que a exploração do trabalho estava implícita, na medida em que os trabalhadores se dedicavam, como mão-de-obra, nos processos produtivos que, posteriormente, lhes retornariam na forma de produtos, como remuneração do seu trabalho.

“[...] Tinha aqueles que trabaiaava por dia, trabaiaava pra todo mundo, trabaiaava o dia em troca de um litro de banha, banha de porco, aí levava aquele litro de banha pra tratá daquela meninada lá. O feijão e o arroz do mesmo jeito, porque não tinha pra comprá.”³⁰

Essa modalidade de relação social de produção era utilizada pelos pequenos produtores nos momentos de urgência da realização de tarefas agrícolas, geralmente ligadas a algum tipo de interferência climática, as quais afetavam a maioria dos produtores.

Portanto, as relações de ajuda mútua, prestadas por membros da comunidade, eram realizadas em momentos em que era possível serem solidários, mas impedidas quando as necessidades individuais das famílias, ou seja, aqueles que promoviam a ajuda mútua, não podiam deixar suas terras para prestar serviços em outros lugares.

Considerando-se a diversidade de fazendeiros, os pequenos proprietários não eram apenas produtores rurais, pois alguns possuíam habilidades ligadas ao ofício de marceneiro e, como tais, eram também incorporados como força de trabalho

³⁰ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

remunerada, nas fazendas. Estes produziam componentes do carro-de-boi, monjolos, engenhos de cana-de-açúcar e residências, entre outros.

“[...] aquele que podia mais tinha um engenho. De primeiro todo mundo era marceneiro, eles aprendia, agora nós não sabe fazer. Tinha um engenho de serra aqui na cabeceira do Marimbondo, trazia as tora puxada com o carretão [...] carretão é um carro igual carro-de-boi, mas tem a carroceria. Aí eles pegava a tora e punha ela e os boi ia puxando e encostava lá, a serra era tocada com água, serrava a madeira e fazia casa, engenho, monjolo, fazia tudo. Meu avô, meus tio, tudo fazia, meu avô fez casa, ele pegava as casa assim, pra fazê, trabalhava diária, quando não tinha serviço. [...] Plantava a roça, colhia, depois cê ia fazê o que até começá chove de novo. O chão era pequeno, então ficava folgado nesse tempo, uma certa época não tinha nem serviço, então esse povo pegava e ia fazendo isso, arrumava as casa [...] cortava madeira no machado, porque não existia moto-serra, lavrava no machado.”³¹

“Meu pai mexia mais era com função aqui na porta né, fazê balaio, fazê esteira pra carro, fazê canga, mexia com couro de vaca, fazia tudo quanto é coisa. Naquele tempo tinha era carro-de-boi, então tinha que ter um pra fazê essas coisa né.”³²

A prestação destes tipos de serviços acontecia nos momentos em que o trabalho nas suas propriedades era reduzido, principalmente, na época de entressafra da produção agrícola. Os pequenos proprietários, a partir da produção artesanal, conseguiam gerar rendimentos monetários, os quais podiam ser direcionados para a compra de ferramentas, máquinas e utensílios agrícolas, entre outros produtos, ou, ainda, para a aquisição de pequenas áreas de terra, na própria comunidade.

A condição socioeconômica dos produtores, cujas terras não lhes possibilitavam produzir a quantidade mínima necessária de alimentos para o consumo familiar, impunha a necessidade de vender sua força de trabalho em outras fazendas, para que pudessem conquistar os seus meios de vida.

³¹ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

³² Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Cabe ressaltar que as conquistas dos pequenos produtores, detentores de habilidades específicas, não se limitavam às relações sociais de produção que visavam obter rendimentos monetários por meio da venda de sua força de trabalho, pois sua condição de artífice também lhes proporcionava vantagens ligadas ao prestígio social frente aos demais membros da comunidade.

Nesse contexto, percebe-se que a teia de relações sociais de produção presentes nas fazendas produziam outras relações sociais, por meio de aproximações entre as pessoas do lugar.

Pode-se perceber que as relações sociais de produção, que compunham a economia rural das pequenas propriedades da comunidade Tenda do Moreno, faziam parte dos modos de vida, e eram estabelecidas a partir da condição de dependência entre donos de terras e trabalhadores, do trabalho familiar, bem como da solidariedade comunitária, representada pelas práticas de ajuda mútua.

Nas pequenas propriedades, o trabalho familiar, a ajuda mútua e a utilização de força de trabalho de peões e agregados estavam alicerçados por relações de interesse e exploração entre pais e filhos, entre vizinhos, e entre trabalhadores e donos de terras. Na condição de proprietários, estes podiam garantir reservas de mão-de-obra, como no caso do estabelecimento de acordos com agregados.

No que tange à estrutura social na comunidade Tenda do Moreno, percebeu-se que as relações sociais de produção, mantidas entre pequenos produtores, sejam eles vendedores ou não de força de trabalho, trabalhadores rurais e médios e grandes proprietários estabeleciam combinações de interesses e necessidades, nas quais se verificavam as interdependências entre os membros desses grupos sociais que lhes permitiam a inserção no lugar.

2.2.4 – Produção dos meios de vida e organização produtiva do espaço vivido.

O lugar (re)construído a partir de relações sociais de produção tinha, na propriedade da terra, a sua principal imposição e mediação social, que permitiu a inserção das pessoas não proprietárias no espaço vivido da comunidade Tenda do Moreno.

Nesse contexto, as relações sociais de produção também possibilitaram, aos produtores familiares e trabalhadores rurais, a conquista dos meios de vida seguindo uma lógica de organização produtiva das fazendas de um Brasil rural que produzia riquezas por intermédio de relações sociais de produção não capitalistas, ou seja, que não implicavam o assalariamento da força de trabalho.

As propriedades rurais eram compartimentadas em áreas destinadas a atividades produtivas específicas, as quais eram definidas pelos produtores, no intuito de conceber usos diferenciados das terras de cultura, consideradas férteis, e as demais áreas de cerrado, que não eram utilizadas para a produção agrícola.

Essa organização espacial baseava-se nos saberes, técnicas e costumes que se faziam presentes no espaço vivido da comunidade Tenda do Moreno, a partir dos processos produtivos utilizados nas fazendas.

Desse modo, o espaço da fazenda era dividido entre as áreas de moradia, quintal, lavoura, pastagem e mata, cada qual destinado a um tipo de uso. No entanto, os tipos de gêneros alimentícios e bens de consumo gerados nesses locais dependiam do domínio das técnicas e meios de produção de cada produtor familiar.

O primeiro passo da organização da fazenda era definir o local onde a casa seria construída, cuja escolha obedecia ao princípio básico da proximidade a um curso d'água natural ou artificial³³. Essa localização facilitava o acesso aos recursos hídricos destinados aos usos diversos da residência e também de máquinas movidas pela força hidráulica gerada pelos cursos d'água, como os monjolos e os engenhos.

Os quintais das residências eram utilizados para diversas finalidades, como a disposição de hortas, pomares, paióis, galinheiros, chiqueiros ou até mesmo currais para o gado.

Os gêneros alimentícios oriundos da produção doméstica eram representados pela fabricação artesanal de doces, farinha de mandioca, polvilho, derivados do leite (queijos, manteiga, etc.), cachaça, açúcar e rapadura. Esses três últimos bens de consumo eram produzidos somente nas fazendas que possuíam engenhos de cana-de-açúcar.

A construção dos engenhos de cana, nas fazendas, dependia do poder aquisitivo dos produtores e também da presença de cursos d'água com volume hídrico suficiente para gerar energia hidráulica e movimentar as máquinas.

Nas hortas podiam-se plantar legumes, banana, e mandioca. Dos galinheiros eram retirados as carnes e ovos. Nos chiqueiros criavam-se os porcos que geravam vários subprodutos, como a banha, toucinho, peles³⁴, e carnes.

³³ As pessoas pesquisadas na comunidade Tenda do Moreno denominam os canais de água, artificiais ou construídos, regos d'água.

³⁴ As peles retiradas dos suínos são utilizadas como matéria-prima na preparação e fabricação da pururuca, um quitute típico da culinária mineira.

Desse modo, a produção doméstica representava uma parte importante da produção de gêneros alimentícios e bens de consumo das famílias. No entanto, para que essa produção pudesse ser conquistada, além da força de trabalho disponível, das representações ligadas às práticas religiosas e dos costumes, era importante conhecer as condições da natureza do cerrado.

No entanto, a carência de técnicas e tecnologias específicas de preparação dos solos cobertos pelas fisionomias de cerrado, cerradinho, campo sujo e campo limpo, para o plantio, alimentava ideologias em relação a eles, principalmente classificar essas áreas como improdutivas e sem valor de uso agrícola.

Os saberes de que os produtores familiares eram detentores não lhes permitiam vislumbrar a utilização desses solos para o uso agrícola, visto que suas características físico-químicas eram definidas por elevada acidez e baixa fertilidade, fatores que inviabilizavam a agricultura tradicional com as tecnologias que estavam disponíveis naquela época.

“No cerrado não usava plantá, o cerrado não valia nada, falava que não prestava, naquela época era tudo mato.”³⁵

A escolha das áreas utilizadas para o plantio agrícola baseava-se nos saberes e técnicas dos produtores. Sendo assim, os solos considerados de maior fertilidade natural e propícios para esse tipo de uso eram chamados, popularmente, de *terras de cultura*.

Na comunidade Tenda do Moreno, os saberes utilizados para se identificarem as terras de cultura eram apreendidos com os ascendentes familiares e fixados no

³⁵ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. O produtor denomina “cerrado” as fisionomias de vegetação definidas pelas fisionomias de cerrado, cerradinho, campo sujo e campo limpo, encontradas no bioma Cerrado.

espaço vivido pela prática cotidiana. O princípio básico era observar, nas áreas de matas localizadas, geralmente nos fundos de vales (“baixadas”) e margens de cursos d’água, a ocorrência de espécies arbóreas como ipê, jatobá, angico e aroeira, entre outras.

“A árvore da cultura é uma, a do cerrado é outra né, a de cultura aqui é o angico, a aroeira, o ipê.”³⁶

Com relação às técnicas de produção incorporadas às terras de cultura, predominavam dois tipos: a roça de toco e o solo preparado com arado puxado por bois.

As roças de toco eram preparadas com a derrubada da vegetação, sendo que nas árvores de grande porte se mantinham as bases dos troncos (“tocos”), devido às dificuldades de extraí-las com o trabalho manual. Nessas áreas não era possível utilizar arados e plantadeiras tracionadas por animais. Desse modo, eram utilizadas apenas ferramentas agrícolas.

“Nas roças de toco era plantado de enxada. Era mata, roçava e deixava os toco, aí plantava, aí que dava mantimento bão né.”³⁷

Nas terras de cultura, preparadas com a utilização de arados (Figura 18) tracionados por bois, não existiam os “tocos” de árvores, pois essas áreas de plantio resultavam de roças de toco nas quais os troncos das árvores eram queimados, ou de “roças” antigas, quando estes já haviam sido decompostos, naturalmente. Nesses locais, tornados agricultáveis, o plantio de sementes era realizado com plantadeiras manuais (“matraca”) ou tracionados por animais (Figura 19).

³⁶ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Na fala do produtor são citadas algumas das espécies arbóreas associadas às *terras de cultura*.

³⁷ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Ele relata como eram feitos a preparação do solo e o plantio de sementes nas *roças de toco*.



Figura 18 – Comunidade Tenda do Moreno – Fazenda Buracão: Antigo produtor rural ao lado do arado Chatanola, o qual era tracionado por bois e utilizado no preparo dos solos para o plantio de arroz, feijão e milho nas terras de cultura. Fonte: SANTOS, R.J. Data: 07/2004.



Figura 19 – Comunidade Tenda do Moreno – Fazenda Buracão: Antigo produtor rural demonstrando como era feita a utilização da plantadeira manual ("matraca") no plantio de sementes. Fonte: SANTOS, R.J. Data: 07/2004.

As técnicas de produção empregadas nas terras de cultura, por meio do uso de arados, despendiam um tempo menor de trabalho que as roças de toco. Cabe ressaltar que a utilização dessa forma de preparo e plantio dos solos exigia que os produtores familiares possuísem máquinas agrícolas.

Os principais gêneros alimentícios produzidos, tanto nas roças de toco quanto nas terras aradas, eram o milho, arroz e feijão. O plantio e a colheita desses produtos agrícolas eram realizados anualmente, seguindo um calendário definido, principalmente pelas condições climáticas do cerrado, e também pelas técnicas e saberes dos produtores tradicionais (Quadro 1).

QUADRO 1
Ciclo produtivo das culturas anuais

MESES	CULTURAS ANUAIS (agosto a abril)		
	Milho	Arroz	Feijão
Agosto	preparação dos solos para plantio	preparação dos solos para plantio	
Setembro	plantio	plantio	
Outubro	plantio	plantio	
Novembro	limpezas ("capinas") nas lavouras	limpezas ("capinas") nas lavouras	
Dezembro	limpezas ("capinas") nas lavouras	limpezas ("capinas") nas lavouras	
Janeiro	limpezas ("capinas") nas lavouras	limpezas ("capinas") nas lavouras	plantio do feijão nos corredores das lavouras de milho
Fevereiro	colheita do milho seco	colheita do arroz	plantio do feijão nos corredores das lavouras de milho
Março	colheita do milho seco	colheita do arroz	colheita do feijão de "janeiro"
Abril			colheita do feijão de "fevereiro"

Fonte: entrevistas realizadas na comunidade Tenda do Moreno. Autor: ANDRADE, R.B.

As atividades agrícolas eram iniciadas no mês de agosto, auge do período de estiagem, e se constituíam na limpeza e preparação dos solos para o plantio. A etapa de plantio era iniciada no final do mês de setembro, durante as primeiras

chuvas da primavera. Plantava-se primeiro o milho e depois o arroz, dispostos em lavouras separadas.

Ao longo dos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, eram realizadas limpezas (“capinas”) nas lavouras de arroz, sendo que seu ciclo produtivo, geralmente, era de quatro a cinco meses, dependendo da variedade do produto.

“Era um arroz que demorava mais, era quatro a cinco mês pra colher né, não é esse arroz de hoje rápido assim.”³⁸

O plantio do feijão era feito nos corredores das lavouras de milho, geralmente quando os primeiros brotos (“pendões”) desabrochavam. Cabe ressaltar que havia produtores que preferiam plantar o feijão no mês de fevereiro, quando o milho já estava seco, próximo ao seu período de colheita.

“Plantava o feijão no meio do milho quando ele tava penduano e fazia terra de feijão. Deixava ficá bem sujo, aí capinava, limpava e plantava o feijão no meio do milho.”³⁹

A época do plantio e o ciclo de crescimento e amadurecimento dos grãos definiam os momentos de suas colheitas. Sendo assim, o primeiro a ser colhido era o feijão, se este houvesse sido plantado quando o milho soltou os primeiros “pendões”. Nos casos em que o feijão era plantado no mês de fevereiro, a ordem se invertia, pois o milho e o arroz eram colhidos antes.

Analisando-se os procedimentos adotados pelos produtores familiares da comunidade Tenda do Moreno verificou-se que, no plantio e na colheita do milho, arroz e feijão, havia diferenças entre as técnicas utilizadas, as quais variavam de

³⁸ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

³⁹ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

acordo com os conhecimentos, habilidades e utensílios agrícolas incorporados nos processos produtivos.

Dentre os relatos, a colheita do milho seco sempre foi mencionada, pois isso se devia ao fato de este ser utilizado na alimentação dos animais, principalmente suínos. No entanto, podia-se colhê-lo verde para se fazer a pamonha, uma espécie de quitute feito à base de milho verde.

Para se adiar ao máximo a colheita do milho muitos produtores usavam algumas técnicas, como, por exemplo, a *dobra do milho*, para evitar que as águas das chuvas penetrassem nas espigas e os grãos apodrecessem.

“O milho plantava primeiro e colhia por último, porque naquela época usava dobrá o pé do milho, dobrá ele no meio. Então quando ele granava, que tava começando a secá, aí a gente dobrava ele no meio, a espiga ficava de cabeça pra baixo e se chovesse a água não entrava no milho, não estragava o milho. Aí então plantava feijão no meio, o feijão subia no pé do milho, a gente rancava, aí batia o feijão, aí ia quebrá o milho.”⁴⁰

A partir dos processos produtivos compreendeu-se como os produtores enfrentavam as imposições da natureza, criando técnicas que foram-se tornando saberes e costumes. Contudo, na visão dos pequenos produtores, antes da modernização das técnicas de plantio, era mais fácil plantar, mesmo nos moldes da agricultura tradicional.

“Naquela época era mais fácil plantá, pra plantá era mais fácil que hoje, porque naquela época não precisava usá adubo, num precisava pulverizá, nem nada né. Era só prepará o chão, punha o mantimento e zelá dava né, agora hoje é diferente.”⁴¹

⁴⁰ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Na sua fala ele descreve a técnica da *quebra do milho*, nas lavouras associadas ao plantio de feijão.

⁴¹ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

As justificativas mais freqüentes entre os produtores quanto à facilidade de se plantar nos moldes da agricultura tradicional se referem às condições da natureza. Para vários produtores familiares, a quantidade e freqüência das chuvas e a fertilidade natural das terras de cultura propiciavam uma produção agrícola com baixo investimento monetário.

Cabe ressaltar que o modelo de produção agrícola tradicional, utilizado nas pequenas propriedades da comunidade Tenda do Moreno, era viabilizado, também, pelo uso de mão-de-obra familiar e auxílio-mútuo, condições essenciais para produzir os meios de vida e viabilizar o sustento das famílias, bem como a vida social em comunidade.

Além das terras utilizadas pelas lavouras de gêneros alimentícios, havia as pastagens onde eram criados, extensivamente, os rebanhos bovinos, nos quais o número de cabeças e a produtividade possibilitavam suprir apenas o consumo familiar, salvo raras exceções, propiciadas pela fertilidade natural dos solos das áreas localizadas nas proximidades de vegetação mais densa.

Nas pastagens naturais eram implementadas técnicas que possibilitavam o melhor aproveitamento das gramíneas como, por exemplo, podar as forrageiras com foice, para nascerem novos brotos. O capim típico do cerrado era conhecido como *meloso* (*Melinis minutiflora* Beav.)⁴², o qual alguns produtores consideravam fraco, sendo utilizado somente no período chuvoso.

⁴² Nome científico do capim meloso. Fonte: EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/ct/ct04/06glossario.html>>. Acesso em: junho de 2006.

“O cerrado oferecia só capim, eles falava capim meloso. Aí punha só gado e sempre a gente batia ele também né, soltava aqueles ramo miudinho, aí o capim ramava.”⁴³

Além das pastagens naturais havia também aquelas formadas pelo plantio de sementes de capim Jaraguá (*Hyparrhenia rufa* Ness Stapf)⁴⁴, considerado de melhor qualidade. Essa espécie de forrageira era plantada em terras de cultura cuja produtividade agrícola entrava em decréscimo devido à diminuição da fertilidade dos solos. A técnica de manejo utilizada nesse tipo de pastagem foi descrita da seguinte maneira:

“Sameava a semente do capim lá quando uma roça ia ficando ruim, aí punha a semente do capim e abria outro pedaço e ali o jaraguá entrava. [...] O jaraguá aqui era o bão na cultura de beira de rio, que era batido também com foice. Eles batia com foice, ficava limpo e não cortava as árvore grande não, só os ramo pequeno.”⁴⁵

Apesar das técnicas utilizadas no manejo, tanto das pastagens de cerrado quanto daquelas de terras de cultura, a produtividade do gado de leite era relativamente baixa, na medida em que era suficiente para a subsistência, porém insuficiente para o comércio. Desse modo, a pecuária extensiva de leite e a de corte não eram tidas como atividades lucrativas, pelos pequenos produtores. A produção de leite destinava-se ao consumo familiar e à fabricação de seus derivados, principalmente o queijo.

Como a produção agropecuária era tida, pelos pequenos produtores como parte da produção dos meios de vida, esta representava um elemento dos modos de vida e trabalho dos produtores da comunidade Tenda do Moreno. Sendo assim, a

⁴³ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Na fala ele descreve a técnica utilizada no manejo do capim meloso, presente nas áreas de cerrado.

⁴⁴ Nome científico do capim Jaraguá. Fonte: EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/ct/ct04/06glossario.html>>. Acesso em: junho de 2006.

⁴⁵ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

relação com o mercado urbano acontecia quando se necessitava conseguir rendimentos monetários por meio do comércio de excedentes.

Os pequenos produtores utilizavam técnicas, saberes e conhecimentos de plantio, colheita e criação de animais apreendidos e reinventados em suas práticas cotidianas. Como a produtividade agrícola não era totalmente direcionada ao mercado, esta dependia das necessidades impostas pelas famílias e pela vida comunitária, pois as incertezas relacionadas à garantia da subsistência das famílias imperavam no mundo vivido das pessoas do lugar.

Como a produção de subsistência permitia ao fazendeiro, na relação com agregados e parceiros, ganhos econômicos e políticos, os pequenos produtores da comunidade, no âmbito de suas unidades de produção familiar, criavam estratégias, as quais incluíam a venda da força de trabalho de alguns dos seus membros, cujos rendimentos monetários se tornavam um meio para se conseguir realizar a satisfação das necessidades de consumo dos familiares.

Portanto, a produção de gêneros alimentícios de subsistência visava satisfazer parte dos meios de vida das famílias, no entanto, era preciso conseguir excedentes para serem destinados ao mercado, cujos recursos monetários obtidos na sua comercialização eram direcionados à compra de mercadorias industrializadas.

Na maioria das pequenas propriedades, por meio da terra e da mão-de-obra familiar, as famílias conseguiam obter o acesso aos gêneros alimentícios básicos, como milho, arroz, feijão, mandioca, ovos, carnes de aves e suínos, leite e derivados, além das hortaliças, os quais compunham a base da dieta das pessoas do lugar.

“Era plantado milho, arroz e feijão pro gasto, engordava porco, colhia o milho seco e punha no paiol pra podê tratar de porco e engordá porco, essas coisa, pra comê né. Ia na cidade lá uma vez por mês comprá muito pouca coisa, o resto era colhido tudo aqui na roça. [...] a farinha fazia em casa, polvilho fazia era aqui também, plantava a mandioca e fazia o polvilho. [...] tinha as moita de banana nos quintal pra podê comê em casa também, pro gasto, se sobrava alguns levava pra vendê muito pouco.”⁴⁶

Os alimentos que não eram obtidos a partir da produção familiar das pequenas propriedades eram conseguidos por meio de relações de compra e troca entre os produtores, as quais complementavam a economia de subsistência familiar.

Apesar de as pequenas propriedades terem sido orientadas para a produção agropecuária de subsistência, os excedentes podiam ser direcionados ao pagamento de força de trabalho. No entanto, a comercialização de excedentes também era vantajosa, pois possibilitava a aquisição de produtos como sal, querosene e ferramentas agrícolas, entre outras mercadorias industrializadas.

“[...] as vaca já dava um leitinho, nas águas só, no tempo das chuva. Então o papai comprou uma desnatadeirazinha manual e desnatava o leite, fazia o creme, o creme nós batia, fazia manteiga e levava todo fim de semana, levava a manteiga pra vendê na cidade onde tinha os freguês. Chegava lá vendia por quilo [...] meio quilo, um quilo pra cada um, repartia e vendia aquela manteiga todinha. O dinheirinho que fazia lá sobrava tudo né, nós num gastava nada, aí o papai comprou pedaço de terra e foi aumentando desse jeito. Nós num comprava arroz, feijão, manteiga, porque o óleo que a gente tinha era do capado, não comprava nada, tinha de tudo. Só mesmo o vestuário era roupa e o calçado comprava uma botina pra um de nós pequeno né, dos oito, nove ano, nós calçava aquela botina até acabá ou ela não servi no pé.”⁴⁷

Desse modo, havia pequenos produtores que despendiam esforços na produção de algum tipo de produto cujo excedente era mais viável de ser conseguido em suas propriedades.

⁴⁶ Pesquisa de campo realizada com V.C. (77 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

⁴⁷ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

Os arranjos e combinações advindas da interpretação do ciclo da natureza, principalmente no que tange à pecuária leiteira, geravam formas de comercialização de produtos na cidade, cujo lucro era destinado à compra de terras ou mercadorias industrializadas.

As famílias de produtores rurais sabiam, pela experiência, a quantidade de recursos alimentares gastos durante o ano. Sendo assim, no caso da produção anual dos cereais, ao atingir o mínimo necessário à sobrevivência, retirava-se a parte considerada como excedente a ser comercializado.

“[...] se colhia o que sobrava do gasto. Todo mundo sabia, nós gastava três saco de feijão durante o ano pra nós comê, então deixava três e o restante vendia naquelas maquininha da cidade. O arroz também deixava ele certinho, pra comê o ano inteirinho e quando colhia o outro, ainda tinha arroz velho.”⁴⁸

No entanto, havia famílias de pequenos produtores que, em épocas de baixa produtividade agrícola, devido a problemas ligados a alterações climáticas ou insuficiência de mão-de-obra e terras para o cultivo agrícola, não conseguiam atingir a cota mínima de produção para garantir a alimentação dos seus membros. Desse modo, a queda do volume de gêneros alimentícios nas colheitas indicava momentos de carências alimentares e dependência da ajuda de amigos, parentes e vizinhos.

“Sempre teve excedente quando colhia. Era a mesma coisa de hoje, uma hora perdia porque a chuva faltava, outra hora perdia porque chovia de mais, nós mesmo perdeu...uma vez nós perdeu o feijão porque choveu demais, a chuva não parou, aí foi e nasceu tudo. Tinha muita gente que passava dificuldade, não era todo mundo que tinha isso que eu tô falando não, esses era os bem de vida.”⁴⁹

⁴⁸ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. O produtor descreve como os pequenos produtores definiam a produção excedente a ser comercializada nas máquinas de beneficiamento de cereais na cidade.

⁴⁹ Pesquisa de campo realizada com E.G.P. (61 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG. Na sua fala ele considera que os pequenos produtores que conseguiam obter o mínimo necessário a subsistência eram tidos como pessoas “bem de vida”.

Neste sentido, o modelo de produção de subsistência dos pequenos produtores da comunidade Tenda do Moreno era suscetível às imposições sociais e da natureza, e colocava em risco a oferta dos gêneros alimentícios necessários à sobrevivência. Essa condição instituía, reforçava e fundamentava uma relação com o sagrado no mundo vivido das populações tradicionais, além de dependências e subordinações frente aos produtores bem sucedidos, na obtenção de produtividade nas safras.

Essa relação tinha repercussão em outras esferas da vida e implicava devoções que se traduziam em representações e na mediação de santos católicos, os quais eram reverenciados nas práticas religiosas inscritas no lugar e na vida comunitária da Tenda do Moreno, como sendo um arranjo social para se conseguir os meios de vida.

“Parece que os povo antigo tinha mais temor a Deus, de modo que rezava mais pra pedi as bem-feitoria na vida, tipo mais comida, mais saúde e mais alegria né. Então parece que hoje em dia as coisas tá mais difícil porque o povo não reza mais do mesmo jeito de antigamente.”⁵⁰

Pode-se perceber que, atualmente (2007), as pessoas se identificam com diferentes conteúdos sociais, culturais e religiosos presentes na comunidade e esse engajamento tornou-se um processo contínuo de invenção e transformação das relações sociais. Portanto, a identidade individual e coletiva demonstra uma semelhança da pessoa com aquilo que produz essa identificação, ou seja, seus referenciais sócio-culturais e religiosos.

Portanto, o conjunto das práticas sócio-culturais e religiosas que faziam parte dos modos de vida e trabalho rurais, presentes na comunidade Tenda do Moreno,

⁵⁰ Pesquisa de campo realizada com E.R.M. (75 anos) – Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia/MG.

ainda sustenta formas de pertencimento e identidade que são manifestadas de maneira individual e coletiva entre os moradores locais, principalmente nos eventos religiosos e comunitários, incluindo-se, principalmente, a festa.

Contudo, os valores fixados pela coletividade humana são atravessados pelas imposições da sucessão de tempos históricos, o que exige a mudança nos modos de vida e trabalho; porém, isso não implica, concomitantemente, na perda da identidade com o lugar.

Conforme será visto no último capítulo, apesar de parte das práticas religiosas terem sido transformadas ou miniaturizadas, entende-se que as manifestações da religiosidade dos moradores da comunidade Tenda do Moreno constituem representações de suas identidades culturais e religiosas, e nutrem os sentimentos de pertencimento no e com o lugar.

As lembranças e memórias relacionadas às relações sociais de produção, bem como a religiosidade indicam a manutenção de costumes, que ainda permanecem no mundo vivido das pessoas do lugar e potencializam ajustes e adaptações dos sujeitos sociais aos processos produtivos vividos na modernidade.

Desse modo, é preciso compreender que o lugar existe em meio às mudanças sócio-espaciais, as quais, neste momento, chegam velozmente ao mundo vivido dos membros da comunidade. Nesse processo, as práticas sócio-culturais fundamentadas no religioso permanecem, mesmo que metamorfoseadas pelos fatores de ordem local e mundial, pois a comunidade se insere num contexto amplo de transformações ambientais, econômicas, políticas, sociais e culturais, inerentes à dita *modernidade*.

No terceiro capítulo, serão abordados os fatores implicados nas transformações do lugar, bem como da comunidade Tenda do Moreno, ocasionadas pelo processo de modernização das atividades agropecuárias no espaço rural do município de Uberlândia. Essas transformações se deram, principalmente, no que se refere à passagem de um modelo agrário de produção de subsistência familiar para uma estrutura produtiva vinculada às demandas do mercado por produtos ligados a hortifruticultura, bem como pela ampliação das necessidades de reprodução dos rendimentos monetários investidos nos processos produtivos.